

Patrimonialização da memória LGBTQIAPN+: sujeitos, redes e lutas interpretativas¹

Patrimonialization of LGBTQIAPN+ memory: subjects, disputes and agendas

Thiago Barcelos Soliva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, Minas Gerais, Brasil

RESUMO

Este artigo analisa o processo de politização do debate sobre a memória LGBTQIAPN+ no contexto brasileiro atual. Partindo da compreensão do patrimônio como ação política, buscaremos examinar a constituição de uma agenda de interesses em torno da noção de memória LGBTQIAPN+ por meio da qual se tem articulado sujeitos, redes/teias e lutas interpretativas responsáveis por produzir novas gramáticas políticas tanto no campo do patrimônio quanto dos ativismos LGBTQIAPN+. Como desdobramento desse processo, o artigo também explora o processo de emergência de uma “museologia LGBT” e de uma “historiografia LGBTQIA+”, ambas associadas a criação de lugares de memória LGBTQIAPN+ como museus, acervos e arquivos que têm sido formados por ativistas individuais ou por coletivos nos últimos anos. Os dados dessa pesquisa foram produzidos por meio do mapeamento de algumas dessas iniciativas de patrimonialização e musealização promovidas por esses coletivos, principalmente por meio da criação de museus e arquivos virtuais. As atividades e discussões realizadas no contexto da “Rede LGBT de Memória e Museologia Social”, da “Rede Nacional de Historiadores/as LGBTQIA+”, e do “GT Memória e Verdade LGBTQIA+” também foram elementos importantes para este trabalho. Procuramos, assim, contribuir para o debate sobre a memória e sua intersecção com o complexo campo da produção das diferenças, em particular aquelas relacionadas a gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Memória LGBTQIAPN+, Patrimonialização, Museus, Resistência, Reconhecimento.

¹ Pesquisa financiada com Bolsa de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através do processo nº 309704/2023-5.

Recebido em 5 de dezembro de 2024.
Avaliador A: 26 de fevereiro de 2025.
Avaliador B: 15 de março de 2025.
Aceito em 5 de maio de 2025.



ABSTRACT

This article analyzes the process of politicization of the debate on LGBTQIAPN+ memory in the current Brazilian context. Starting from the understanding of heritage as a political action, we will seek to examine the constitution of an agenda of interests around the notion of LGBTQIAPN+ memory through which subjects, networks/webs and interpretative struggles have been articulated, responsible for producing new political grammars in both the field of heritage and LGBTQIAPN+ activism. As an unfolding of this process, the article also explores the process of emergence of an “LGBT museology” and an “LGBTQIA+ historiography”, both associated with the creation of LGBTQIAPN+ memory sites such as museums, collections and archives that have been formed by individual activists or collectives in recent years. The data for this research were produced through the mapping of some of these heritages and musealization initiatives promoted by these collectives, mainly through the creation of virtual museums and archives. The activities and discussions held in the context of the “LGBT Network of Memory and Social Museology”, the “National Network of LGBTQIA+ Historians”, and the “LGBTQIA+ Memory and Truth WG” were also important elements for this work. We thus seek to contribute to the debate on memory and its intersection with the complex field of the production of differences, in particular those related to gender and sexuality.

Keywords: LGBTQIAPN+ memory, Patrimonialization, Museums, Resistance, Recognition.

INTRODUÇÃO

Tem sido fortuna nos debates antropológicos sobre patrimônios e museus abordagens que se dedicam a compreender a ampliação do campo patrimonial operada nos últimos anos. Essa literatura tem chamado a atenção para as disputas e conflitos decorrentes de processos de patrimonialização e musealização conduzidos por coletivos que têm reivindicado “cidadania patrimonial” (Lima Filho, 2015) como estratégia de reinvidicação de direitos. Esse processo tem resultado na expansão do “vocabulário do patrimônio”, conforme expressão de Gonçalves (2012), a qual parece estar diretamente relacionada à incorporação de uma determinada concepção da diferença, expressa nos discursos e nas práticas dos órgãos de preservação do patrimônio a nível nacional e internacional, especialmente a partir dos anos 2000. A instauração dessa nova ambiência tem feito com que processos de patrimonialização e musealização caminhem de forma paralela a processos de antropologização, como diria De L’Estoile (2022), complexificando o campo do patrimônio, suas agendas e pessoas especialistas envolvidas.

A história das políticas patrimoniais no Brasil não difere, conforme Abreu (2018), do modelo adotado pelo conjunto das nações Ocidentais. Essa autora caracteriza essas políticas patrimoniais como “políticas de distinção”, nas quais “vestígios, testemunhos ou legados de manifestações históricas, artísticas e culturais são escolhidos para serem preservados da ação deletéria do tempo e vir a constituir referências perenes para processos consagrados de construção dos estados nações modernos” (Abreu, 2018, p. 9). As políticas patrimoniais atuam como mediadoras desse processo, refletindo projetos nacionais. No caso brasileiro, a ação dessas políticas converge para a busca daquilo que se convencionou chamar de “autenticamente nacional”, um tipo de narrativa que se vincula a uma concepção de homogeneidade cultural.

Diferentes trabalhos têm ajudado a documentar a centralidade dessas “políticas de distinção” na consolidação de discursos patrimoniais no contexto brasileiro. O trabalho pioneiro de Regina Abreu (1996) sobre a coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional (MHN), no Rio de Janeiro, constitui um exemplo importante das diferentes estratégias de consagração do nacional agenciadas por aqueles objetos responsáveis por inventar o “homem público” – personagem de ilibada reputação e origem nobre –, digno, portanto, de ser eternizado como herói nacional. Nesse processo, a atuação de Gustavo Barroso, diretor longo do MHN, foi fundamental. A partir do que Abreu (1996) chamou de “culto da saudade”, Gustavo Barroso imortalizou o passado imperial como legítimo representante da memória nacional. Outros museus nacionais, como o Museu Imperial, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, também foram responsáveis por consolidar certa representação do passado a partir da idealização do período imperial (Santos, 2009).

Ao estudar os museus nacionais em nações marcadas pelo efeito do colonialismo, como Barbados, Filipinas e Brasil, Fabiano Gontijo (2024a, 2024b) propõe pensar esses “lugares de memória” como dispositivos de governabilidade biopolítica, nos termos de Michel Foucault. Para o autor, esses museus “representariam as tensões relativas ao estabelecimento e à manutenção da corpopolítica (disciplina dos corpos), da biopolítica (controle das populações) e da geopolítica (regulação dos Estados no sistema-mundo)” (Gontijo, 2024a, p. 07. Portanto, estariam comprometidos com a narrativa de um determinado grupo hegemônico, conformando uma “comunidade imaginada”, nos termos de Anderson (2008), porém “imaginada somente por algumas pessoas” (Gontijo, 2024a, p. 8).

Se, dentro dos museus históricos, a ideia de nação via-se representada a partir dos feitos de “homens públicos”, cujos objetos deveriam ser preservados à custa do desaparecimento do próprio tecido nacional, fora deles a coisa não era muito diferente. As ações do Estado Brasileiro para preservação do patrimônio pareciam refletir certo compromisso, já visto nos museus históricos, com a consagração de materialidades vinculadas às origens europeias. A literatura dedicada à compreensão da emergência das políticas patrimoniais no Brasil vem

chamando atenção para o modo eficaz com que os pioneiros do patrimônio produziram uma narrativa unificadora acerca da ancestralidade da nação (Chuva, 2003). Para Chuva, as práticas de preservação cultural surgidas nos anos 1930, no contexto do Estado Novo, nasceram impregnadas com certa concepção de unidade nacional. Nesse pensamento, o povo constituía a materialização da alteridade — fonte de conflitos e do caos —, a qual impediria o projeto de modernização do Estado. Cabia à burocracia estatal, formada por pensadores modernistas, eliminar esses dissensos, produzindo uma ideia de nação homogênea.

As críticas endereçadas a essa “política de distinção” sobre a qual se baseiam as instituições patrimoniais brasileiras começam a surgir a partir da década de 1980. As disputas em torno da patrimonialização do Terreiro da Casa Branca, em Salvador, em 1984, parecem celebrar nova forma de interpretar as ações de preservação patrimonial. Gilberto Velho (2007) documentou e analisou os contenciosos que envolveram esse processo de patrimonialização, chamando a atenção para a compreensão equivocada dos especialistas do IPHAN, sobretudo arquitetos, em relação ao terreiro objeto da contenda patrimonial. A linguagem do tombamento certamente encontrou dificuldades de se adequar à lógica de patrimonialização do Terreiro da Casa Branca. Os coletivos mobilizados em torno desse debate, principalmente a Sociedade Beneficente São Jorge do Engenho Velho, foram centrais para as disputas que envolveram técnicos do IPHAN e o conselho consultivo do órgão.

Diferentes grupos passaram a empreender esforços críticos de revisão da memória oficial a partir de suas próprias narrativas em um movimento de reivindicação do direito de produzir “autorrepresentações” (Oliveira; Santos, 2019). Os museus como instituições estruturantes dos discursos sobre o Estado-nação passaram a ser espaços de incidência política de grupos historicamente invisibilizados. Por meio de novas iniciativas de museus, como o caso do Museu Magüta, um processo encabeçado por indígenas Ticuna a partir de 1988, em Benjamin Constant, no Amazonas, se inventaram e reforçaram identidades étnicas. O processo de constituição desse museu foi fundamental para a produção de frentes de luta, como a demarcação de terras reivindicada pelos Ticuna (Freire, 2009).

Entre fins do século XX e início do século XXI, as ações de preservação do patrimônio marcadas por “políticas de distinção”, em expressão de Abreu (2018), passaram progressivamente a ser objetos de disputas por coletivos que reivindicavam “políticas de reconhecimento” (Fraser, 2006). Essas políticas seriam o resultado das “lutas por reconhecimento” mobilizadas por grupos que buscam marcar suas identidades para além do pertencimento à classe social. Para Fraser (2006), a “luta por reconhecimento” teria se tornado o modelo paradigmático de conflito político no final do século XX. Isso não implica dizer que elas tenham suplantado às lutas por redistribuição, ou seja, aqueles conflitos associados às diferentes desigualdades materiais – Fraser (2006) propõe, então, que a justiça social no contexto contemporâneo se manifesta

tanto pela redistribuição quanto pelo reconhecimento. Considerando essas contribuições, podemos inferir que as arenas do patrimônio têm sido o campo privilegiado das “lutas por reconhecimento” travadas por grupos, como a comunidade LGBTQIAPN+, historicamente marcados por injustiças epistêmicas, arquivísticas e memoriais.

Neste estudo, partimos da compreensão que o patrimônio constitui uma ação política (Abreu, 2008) associada às “lutas por reconhecimento” (Fraser, 2006). Como proposta de análise, buscamos enquadrar o patrimônio como um campo discursivo de ação (Alvarez, 2014). Conforme essa autora, os campos discursivos de ação “abarcam uma vasta gama de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais e políticos. Os setores mais política e culturalmente visíveis desses campos, e os pontos nodais que os articulam, variam ao longo do tempo” (Alvarez, 2014, p. 18). Os agentes desse campo circulam em meio a redes político-comunicativas, se entrelaçando em malhas que cruzam pessoas, práticas, ideias e discursos (Doimo, 1995 *apud* Alvarez, 2014).

Considerando essas questões, neste artigo busco examinar o processo de politização do debate sobre memória LGBTQIAPN+² no Brasil a partir do campo discursivo de ação do patrimônio, por meio do qual se têm articulado coletivos, redes/teias e lutas interpretativas responsáveis por produzir novas gramáticas políticas tanto no campo do patrimônio quanto dos ativismos LGBTQIAPN+. Como desdobramento desse processo, o artigo também explora o processo de emergência de uma “museologia LGBT” e de uma “historiografia LGBTQIA+” ambas associadas à criação de lugares de memória LGBTQIAPN+ como museus, acervos e arquivos que têm sido formados por ativistas individuais ou por coletivos nos últimos anos.

Os dados desta pesquisa foram produzidos pelo mapeamento de algumas dessas iniciativas de patrimonialização e musealização promovidas por esses coletivos, principalmente por meio da criação de museus e arquivos virtuais. As atividades e discussões realizadas no contexto da “Rede LGBT de Memória e Museologia Social”, da “Rede Nacional de Historiadores/as LGBTQIA+”, e do “GT Memória e Verdade LGBTQIA+” também foram elementos importantes para este trabalho. Procuramos, assim, contribuir para o debate sobre a memória e sua intersecção com o complexo campo da produção das diferenças, em particular aquelas relacionadas a gênero e sexualidade.

2 Neste texto, adotamos diferentes variações do acrônimo LGBTQIAPN+. Como autor, opto por usar a expressão LGBTQIAPN+, pois acredito ser mais inclusiva e aparecerá toda vez que nos referirmos a esse coletivo, a sua memória, ao processo de construção dos seus direitos e ao movimento social que se organizou em torno da diversidade sexual e de gênero. Outros usos do acrônimo que aparecem no trabalho se referem a forma como outros coletivos e autores/as se apropriam dele.

DISPUTAS EM TORNO DA MEMÓRIA LGBTQIAPN+

A emergência da memória LGBTQIAPN+ no campo discursivo de ação do patrimônio está relacionada à crise do paradigma da memorialização, que tem propiciado a produção de novas formas culturais de rememoração surgidas no final do século XX a partir da rejeição do monopólio do Estado-nação, como afirma Sodaro (2019). Essa crise tem provocado mudanças significativas nas políticas patrimoniais a partir da convergência de dois movimentos: 1) o aparecimento de outros tipos de patrimônio numa dinâmica que Abreu (2008) tem chamado de “emergência do Outro no campo do patrimônio cultural”; e 2) a centralidade de políticas de memória como poderoso discurso de efetivação dos direitos humanos (Sodaro, 2019; Huyssen, 2000).

O surgimento da preocupação com as “culturais tradicionais” no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no curso dos anos 1990 marcou uma ruptura importante nas ações voltadas para o patrimônio até então vigentes nas sociedades modernas. Essas mudanças se destacaram no contexto brasileiro, que desde a criação do Boletim da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória (SPHAN/Pró-Memória) por Aloísio Magalhães, no final da década de 1970, já acumulava uma experiência de gestão relacionada à cultura popular. A culminância desse processo, que revisitou a atuação de Mário de Andrade no campo da cultura na década de 1930, foi a assinatura do Decreto n. 3551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (Chuva, 2012).

Esse processo foi central para fabricar “outros patrimônios” a partir daquilo que Abreu (2015) chamou de “patrimonialização das diferenças”. O debate em torno desses “outros patrimônios” e os contenciosos referidos a esses processos de patrimonialização foram responsáveis por absorver tensões importantes entre o Estado e os movimentos sociais. Para De L’Estoile (2022), a “inclusão patrimonial” reivindicada por coletivos historicamente excluídos da maquinaria patrimonial implicou formas de extensão do Estado em direção a novas agendas políticas. Essa extensão de direitos, conforme o autor, constitui também uma forma de extensão do Estado a partir da criação de novos mediadores no campo do patrimônio. O lugar destacado que pessoas antropólogos têm ocupado nesse contexto é um exemplo elucidativo da presença desses novos mediadores.

A “inclusão patrimonial” foi certamente uma ação estratégica para a incorporação de coletivos historicamente excluídos do campo do patrimônio. Simultaneamente, as disputas em torno da memória ocorridas ao longo da segunda metade do século XX, e mais intensamente na

atualidade, iriam incitar formas de rememoração centradas nos sombreamentos e apagamentos que atravessaram a história única do Estado-nação. Essas novas forma de rememoração resultariam em um “ajuste de contas” com um passado marcado por violências (Sodaro, 2019), um processo que tem convertido a memória em uma gramática política central para a efetivação dos direitos humanos.

É nos tribunais da memória que os conflitos contra um Estado colonial, racista, classista e cisheternormativo ganham materialidade na forma de reivindicações por reparação histórica, restituição de objetos, reconhecimento dos Outros como sujeitos de memória e reinterpretação do passado. A partir dessa moldura conceitual em que coletivos “não imaginados” como nacionais reivindicam protagonismo na condução das políticas patrimoniais e a memória passa a ser reavaliada a partir da linguagem dos direitos humanos é que faz sentido pensar na emergência da memória LGBTQIAPN+ como forma de agenciamento político.

As primeiras iniciativas internacionais de construção de arquivos e museus exclusivamente voltados para a memória e história LGBTI+, como o *GLBT Historical Society*, em São Francisco, Estados Unidos, e o *Schwules Museum*, em Berlim, Alemanha, datam de 1985³. Conforme Chantraine e Soares (2021), a crise humanitária provocada pela aids na década de 1980 implicou uma conexão entre a experiência coletiva da morte e a necessidade de lembrar para as pessoas que sobreviveram os “anos de chumbo da doença”, em expressão de Claudia Wonder (2008).

No Brasil, as primeiras iniciativas de construção de acervos dedicados à memória da diversidade sexual e de gênero partiram das doações de João Antônio Mascarenhas, em 1989, e Agildo Guimarães, em 1995, ao Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Em 1996, Luiz Mott, importante ativista homossexual e um dos fundadores do Grupo Gay da Bahia, foi responsável pela primeira e mais longa iniciativa de museu dedicado ao sexo no Brasil, o Museu do Sexo da Bahia, com sede em Salvador. O acervo do museu reúne um conjunto diversificado de objetos de diferentes culturas, incluindo canecas e “esculturas de sacanagem” encontradas abundantemente em feiras populares ao redor do Brasil (Mott; Cerqueira, 2023). A aids foi tema de muitas exposições do museu ao longo desses anos. Uma estratégia política importante adotada por Luiz Mott no campo da memória tem sido o *outing*, ou seja, o ato de retirar do armário (revelar a homossexualidade) personagens históricos, como Mário de Andrade (tema de uma das exposições do museu), assim como integrantes da

3 Os primeiros museus e acervos dedicados ao erótico e à sexualidade datam do início do século XX, com o pioneiro Instituto para o Estudo da Sexualidade, idealizado pelo Dr. Magnus Hirschfeld, em Berlim, na Alemanha. Esse instituto congregava em sua estrutura um núcleo de pesquisa, espaço de oferta de terapias, biblioteca e museu. Com a ascensão do nazismo na Alemanha, seu acervo foi queimado em praça pública, numa demonstração cruel de intolerância e violência contra a diversidade sexual (Mott; Cerqueira, 2023).

corte de Dom João VI em sua passagem pelo Rio de Janeiro. Santos católicos também não são isentos desse processo, como é o caso de São Sebastião, assunto de várias exposições promovidas pelo Museu do Sexo da Bahia.

Apesar disso, esse conjunto de iniciativas pioneiras não teve ressonância no ativismo relacionado à diversidade sexual e de gênero naquele momento histórico. A partir dos anos 2000, passa a se constituir um “ativismo memorial”, conforme expressão de Soares (2021), relacionado à memória LGBTQIAPN+. Esse ativismo envolveu o florescimento de um conjunto de ações de pesquisa, colecionamento, construção, restauração e divulgação de acervos pessoais e coletivos de valor inestimável para compreensão da história das dissidências sexuais e de gênero no Brasil. Em 2007, foi constituído em Curitiba o Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC), assim nomeado para homenagear um dos decanos do “movimento homossexual”, que conta com um acervo de mais de 3000 itens, entre os quais se destacam “objetos políticos” do ativismo como folhetos, cartazes e grande quantidade de documentos dos grupos, projetos e movimento LGBTQIAPN+. Um dos idealizadores do acervo foi Toni Reis, importante liderança ligada à Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e intersexos (ABGLT)⁴. O CEDOC foi responsável pela digitalização e disponibilização *online* de todas as edições do jornal *Lampião da Esquina*, abrindo uma frente importante de pesquisas sobre esse jornal, até então restrito a um conjunto de pessoas pesquisadoras.

Em 2009, a ativista Rita Colaço deu início ao blog *Memória & Histórias das Homossexualidades*⁵. Trata-se de um conjunto de postagens baseadas em pesquisas que resgatam eventos e personagens centrais para a compreensão das violências e formas de resistência operadas por pessoas que transgrediam convenções de gênero e sexualidade ao longo da história brasileira. Para Rita, o blog se estrutura a partir da ideia de direito à história, à memória e ao patrimônio histórico e promove a “história pública”, visibilizando fatos, analisando processos e divulgando sujeitos e lugares de memória apagados da história oficial.

A prática de colecionamento foi central para a organização do “Acervo Bajubá”, formado em 2010 por um conjunto de pessoas colecionadoras, artistas e pesquisadoras que conseguiram reunir um acervo notável de objetos que versam sobre a existência e produção cultural de pessoas dissidentes sexuais e de gênero em diferentes temporalidades. Esse acervo diversificado tem ajudado na construção de pesquisas no campo da memória LGBTQIAPN+, além de colaborar para a construção de exposições como aquela intitulada *Recorte, pedaço, trecho, relato: navegando por memórias LGBT+*, disponibilizada na plataforma virtual Google

4 Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e intersexos foi fundada em 1995 e congrega diferentes grupos ativistas relacionados à diversidade sexual e de gênero.

*Art & Culture*⁵.

Ainda nessa década, em 2012, foi inaugurado o Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo, na cidade de *São Paulo*, certamente um marco importante dentro das iniciativas de musealização da memória LGBTQIAPN+. De acordo com Vieira (2023), o Centro surgiu a partir de um conjunto de reivindicações de ativistas e lideranças dos movimentos LGBTQIAPN+ preocupadas com a preservação da memória das pessoas que perderam suas vidas no contexto da epidemia de HIV/aids no decorrer da década de 1980. Por meio do Decreto 63.375, de 4 maio de 2018, o Centro foi instituído como Museu da Diversidade Sexual.

A ampliação da preocupação com a memória tem gerado uma crítica importante à produção dos arquivos. Trouillot (2016) afirma que uma das formas pelas quais os silêncios se imiscuam ao processo de produção histórica é por meio da elaboração dos arquivos. A “vontade de memória” mobilizada pelos ativismos memoriais LGBTQIAPN+ tem interpelado os arquivos, revelando esses silêncios produzidos pelas hierarquias de poder que se impõe à produção histórica. O Arquivo Lésbico Brasileiro, criado em 2020 a partir da mobilização de um coletivo de pesquisadoras cujas pesquisas versam sobre as experiências e as histórias de mulheres lésbicas, *é um caso que elucida bem esse processo*. A necessidade de criar um arquivo voltado exclusivamente para hospedar acervos que testemunhem as trajetórias, espaços de sociabilidade, estratégias de resistência e formas de violência vivenciadas por mulheres lésbicas se deu em função do acesso restrito a esses materiais, conforme relatos de uma de suas fundadoras (Soliva; Menezes Neto, 2022).

Alguns desses arquivos têm se institucionalizado via agendas de interesses de pesquisadoras e pesquisadores, por meio de projetos de extensão e pesquisa realizados em universidades públicas. Duas iniciativas se sobressaem: o Centro de Memória LGBTI João Antônio Mascarenhas, projeto interinstitucional que busca articular grupos de pesquisa com a organização da sociedade civil. A coordenação do projeto é assumida pelo POC’S – Grupo de Pesquisa Políticas do Corpo e Diferenças da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (FAE/UFPel), pelo GEPSs – Grupo de Estudo e Pesquisa em Sexualidades do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e pelo Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT; e o Acervo LGBT+ Cintura Fina, vinculado ao Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT+ (NUH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Na esteira dessa ampliação, algumas iniciativas de museus virtuais se destacam⁶: o Museu

5 Disponível em: https://artsandculture.google.com/story/iQURZdWsiQ2_-g?hl=pt-BR. Acesso em: 22 out. 2025.

6 Recentemente, o Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+, do Rio de Janeiro, por meio de parceria com o Grupo de Pesquisa em Museologia Experimental e Imagem da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e o Centro de Memórias do Ativismo João Antônio Mascarenhas da UFPel constituíram o Museu em Movimento

Transgênero de História e Arte (MUTHA), fundado em 2018, o Museu Bajubá, constituído juridicamente em 2022, e o Museu da Memória e Diversidade Sexual do Cariri⁷, criado em 2023. Soliva e Menezes Neto (2023) têm chamado atenção em diferentes trabalhos para a importância desses “lugares de memória” como estratégias de reparação histórica assumidas como forma de acesso à cidadania em uma sociedade que ostenta elevados números de assassinatos por LGBTfobia. Para os autores:

Os museus virtuais encampam um processo didático de relocalizar historicamente esse grupo remontando um passado de luta política, de criatividade artística e de feitos históricos e culturais. Esse movimento, por sua vez, é ancorado na afirmação da existência de um conjunto imenso de registros, materiais e imateriais, com potencial para se tornarem musealias. De fato, o trabalho dos museus LGBTQIAPN+ é sobretudo o de defender a musealidade dos rastros históricos LGBTQIAPN+, informando que eventos, prédios, territórios, personagens, documentos e outros marcos que envolvem tal população devem ser objetos/coisas do interesse museal e museológico (Menezes Neto; Soliva, 2023, p. 60).

Essas iniciativas de museu têm se constituído como importante mecanismo de ação política entre coletivos LGBTQIAPN+, implicando mudanças importantes na dinâmica de narrar a história das dissidências sexuais e de gênero. Suas pesquisas e exposições têm colaborado para a construção de outras perspectivas históricas sobre os processos de construção da nação, bem como de personalidades históricas cujas trajetórias foram marcadas por apagamentos de suas experiências afetivo-sexuais. Concomitantemente, os museus virtuais LGBTQIAPN+ têm oportunizado reivindicar narrativas contra hegemônicas e insurgentes comprometidas com a descolonização da ideia de “museu universal”, como diria Françoise Vergès (2023).

REDES E TEIAS DA MEMÓRIA LGBTQIA+

O ativismo memorial LGBTQIAPN+ tem agenciado um conjunto de ações patrimoniais importantes, como os museus e arquivos virtuais dedicados a memória LGBTQIAPN+ (Menezes Neto; Soliva, 2023). Esse ativismo tem ganhado ressonâncias dentro da academia por meio da construção de uma agenda de pesquisas sobre a memória LGBTQIAPN+ mobilizada por pessoas pesquisadoras. Essa agenda tem se articulado por meio de duas redes: Rede Brasileira

LGBTI+ (MuMo LGBTI+).

⁷ Esse museu foi criado em 31 de março de 2023 por meio da Associação Cearense de Diversidade e Inclusão (ACEDI). Atualmente, além de suas atividades virtuais, a organização possui uma sede com uma biblioteca cujo acervo é dedicado à memória LGBTQIAPN+ localizada na Rua Coronel Luiz Teixeira, Crato, Ceará.

de Historiadorxs LGBTQIA+ e Rede de Museologia e Memória LGBT. Nessa parte do trabalho, dedicarei minha atenção à atuação dessas duas redes e suas iniciativas de construção de um campo intelectual marcado pela preocupação com esse tipo de memória. Não é nossa intenção mapear as produções intelectuais dessas duas redes⁸.

A Rede Brasileira de Historiadores/as LGBTQIA+ foi constituída a partir de uma crítica à invisibilidade das experiências não cisheteronormativas na historiografia brasileira. Um marco importante dessa articulação foi a construção de um Simpósio Temático no contexto do 30º Simpósio Nacional de História, realizado em 2019, intitulado “Clio ‘sai do armário’: historiografia LGBTQIA+” organizado por Elias Veras e Rita Colaço Rodrigues, com colaboração de Benito Bisso Schmidt (Schmidt; Veras; Rodrigues, 2021). Conforme os autores, iniciativas importantes de pesquisa sobre sexualidades dissidentes no campo historiográfico brasileiro já existiam⁹, mas era a primeira vez que um grupo formado por “bichas, sapatonas e bissexuais”, diriam, se reunia para refletir sobre o “passado LGBTQIA+” dentro do evento mais importante do campo historiográfico. Schmidt, Veras e Rodrigues (2021) chamam atenção para ausência ainda flagrante dentro desse grupo inicial de pessoas trans historiadoras.

Os debates e reflexões produzidos naquele evento foram materializados no livro *Clio ‘sai do armário’: historiografia LGBTQIA+*, organizado pelas mesmas pessoas autoras do simpósio. Schmidt, Veras e Rodrigues (2021) chamam atenção para aquilo que definem como “marco-marca” do livro. Marco no sentido de imprimir uma renovação conceitual à historiografia, e marca definida como:

“Sinais que se imprimem” no corpo e na subjetividade de pessoas LGBTQI+. Marcas estigmatizantes de uma sexualidade e gênero “anormais”, “abjetos”, “desviantes”, “sujos”, “perigosos”, que não deixam de ser questionadas, recusadas e ressignificadas como marcas de orgulho e resistência (Schmidt; Veras; Rodrigues, 2021, p. 9).

A urgência em debater essas questões se associa a um conjunto de preocupações resultantes do período sombrio que se abateu sobre a sociedade brasileira a partir da entrada da extrema direita na condução do cargo mais importante do poder executivo. Nesse contexto, era imperativa a necessidade de debater a diversidade sexual e de gênero em meio a uma retração das estruturas governamentais e políticas públicas relacionadas a população LGBTQIAPN+.

Essa retração logo se manifestou por meio do encerramento das atividades da Secretaria de Direitos Humanos, da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, eventos que produziram retrocesso na condução de

8 Para um panorama amplo das produções do campo historiográfico relacionadas a dissidência sexual e de gênero, consultar o trabalho de Ronald Canabarro (2024).

9 Muitas dessas iniciativas de pesquisa são do campo da antropologia.

negociações relacionadas ao avanço dos direitos de populações historicamente vulnerabilizadas. Mais do que isso, a gestão de Jair Bolsonaro se estruturou em torno do apagamento e da falsificação do passado como estratégia política. O enaltecimento de notórios ditadores — como o Coronel Brilhante Ustra, considerado por ele e seus aliados como “herói nacional” — e a tentativa deliberada de esquecimento do passado de luta de militantes e coletivos ligados à causa LGBTQIAPN+ são alguns dos exemplos da tentativa dos ultraconservadores em produzir discursos e representações sobre o passado da nação.

Ao contexto político nebuloso se somou uma crise sanitária deflagrada pela pandemia de Covid-19, em 2020, que acentuaria ainda mais as desigualdades e opressões relacionadas a essas populações. Diante dessa ambiência perversa, a Rede Brasileira de Historiadores/as LGBTQIA+ tratou de mobilizar suas fileiras por meio da construção de espaços de diálogo virtuais como a *live* Historiografia LGBTQIA+, realizada no dia 17 de maio de 2020, data em que também foi formalizado o lançamento da rede dentro das programações da Associação Nacional de História (ANPUH). Em junho de 2020, como forma de marcar o mês do Orgulho LGBTQIA+, ocorreu a I Jornada da rede, que reuniu um conjunto de historiadoras e historiadores com pesquisas sobre dissidências sexuais e de gênero no curso da história brasileira. A iniciativa tratou de ampliar as interlocuções iniciadas em 2019, em Recife. Temas considerados clássicos para a historiografia brasileira como Ditadura, Redemocratização, Brasil Colonial e República Velha foram submetidos a uma leitura à contrapelo, a qual implica uma mudança de perspectiva que se expressa a partir de uma “outra historiografia” na qual as pessoas gênero e sexo dissidentes da cisheteronormatividade constituem um categoria de análise útil para compreender processos históricos, conforme Simões na *live* “A militância homossexual e a resposta à epidemia de HIV/aids no Brasil”.

Ainda em 2020, entre os dias 1 e 5 de dezembro de 2020 a rede realizou a II Jornada Virtual da Rede de Historiadores/as LGBTQIA+ em formato remoto com o tema “História do HIV/AIDS no Brasil”. A memória traumática da aids e o ativismo nascido da necessidade premente de sobrevivência foram debatidos por pessoas pesquisadoras engajadas nesse evento. A III Jornada Virtual da Rede de Historiadores/as LGBTQIA+ foi realizada no mês de junho de 2021, tendo como tema “Histórias, Memórias, Sujeitas e Resistências”.

As ressonâncias dessa rede não têm se circunscrito ao ambiente virtual, tendo se expressado por meio da perenidade de sua presença nos dois últimos Encontros da ANPUH. Em 2021, dando continuidade ao movimento iniciado em 2019, a rede participou do 31º Simpósio Nacional de História, no Rio de Janeiro, por meio do Simpósio Temático intitulado “Clio saiu do armário: historiografia e lutas LGBTQIA+ no Brasil”, coordenado por Benito Bisso Schmidt, Rita Colaço Rodrigues e Elias Veras. Já em 2023, o Simpósio Temático “Clio no cio: o que desejam as/os/es historiadores/as LGBTQIA+” marcou presença do 32º Simpósio

Nacional de História, realizado em São Luiz, no Maranhão. A integração desses simpósios temáticos à programação desses encontros vem ajudando a consolidar esses temas de pesquisa junto ao *mainstream* historiográfico. Além disso, vem se constituindo em importante espaço de interação, sociabilidade e interlocução entre essas pessoas historiadoras ou que possuam pesquisas vinculadas à memória e história LGBTQIA+.

Em relação à produção científica, é possível observar que essa rede vem tecendo teias que envolvem pesquisadoras e pesquisadores que têm se reunido em núcleos de pesquisa como o Close – Centro de Referência da História LGBTQI+ do Rio Grande do Sul, coordenado por Benito Bisso Schmidt no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); o LabQueer – Laboratório de Estudos das Relações de Gênero, Masculinidade e Transgêneros, coordenado por Fábio Henrique Lopes na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); e o Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS), coordenado por Elias Veras na Universidade Federal do Alagoas (UFAL), em Maceió.

A produção desses núcleos tem se voltado para a pesquisa sobre espaços de sociabilidade, estratégias de resistência e trajetórias exemplares de sujeitas e sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade. A partir de uma concepção de “história pública” e adotando diferentes fontes de pesquisa como jornais, fotografias e relatos orais, a “historiografia LGBTQIA+” tem marcado posição central nas lutas interpretativas que modulam sentidos sobre a memória LGBTQIAPN+, ampliando a crítica contra a existência de uma “história única” (Adichie, 2019), ou, no caso da rede aqui estudada, de uma “história cisheteronormativa”.

A incidência política da rede tem promovido importante engajamento institucional de órgãos relacionados à construção de políticas de memória, como os arquivos públicos. Um exemplo importante desse movimento foi o lançamento, em 2023, do Arquivo LGBTQIAPN+, um catálogo seletivo de fontes no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul no período de 1942 a 1964. O catálogo constitui ferramenta importante de pesquisa histórica, posto que reúne documentos do acervo do judiciário, sobretudo processos-crime, que ajudam a compreender histórias e eventos negligenciados pela história oficial (Weimer, 2023).

Outra rede de pessoas pesquisadoras que tem contribuído significativamente para o debate sobre patrimonialização da memória LGBTQIAPN+ é a Rede LGBT de Memória e Museologia Social. As atividades dessa rede se iniciaram em 22 de novembro de 2012, na ocasião do V Fórum Nacional de Museus, sediado em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Em 2023, a rede lançou a *Revista Memória LGBTQIA+*, que se tornou um veículo importante de divulgação das produções sobre memória e museologia relacionada a diversidade sexual e de gênero.

A revista veiculada pela rede não funciona somente como periódico de divulgação científica, se inscrevendo em um esforço político de produzir referências patrimoniais para as pessoas LGBTQIAPN+. Nesse processo, não são os objetos tornados semióforos, conforme

a literatura especializada (Pomian, 1984), que importam. A musealização, para essa rede, “extrapola a materialidade” para alcançar as histórias, os relatos fotográficos e jornalísticos compreendidos como suportes de memória dos rastros deixados por pessoas que burlaram convenções de gênero e sexualidade. Trata-se, de certa forma, de promover uma museologia dos rastros e vestígios de vidas marcadas por concepções de doença, pecado, violências e vergonha.

Jean Baptista e Tony Boita, pessoas museólogas centrais para as articulações dessa rede, têm chamado atenção para a dificuldade de se tencionar a categoria sexualidade em espaços de memória (Baptista; Boita, 2017). Os autores realizam importante mapeamento do campo museal na perspectiva de refletir o lugar da memória LGBT no conjunto de instituições relacionadas aos museus e patrimônios. Para eles, apesar dos avanços relacionados à “inclusão patrimonial” de grupos historicamente excluídos, como indígenas, negros e quilombolas, o que se observa em relação à memória LGBT é uma “oposição severa” a esse debate por parte de diferentes agentes vinculados à maquinaria patrimonial.

Considerando essa “oposição severa”, ambos os autores defendem um comprometimento da museologia como uma ação ético-política engajada com a “diversidade museal” (Chagas, 2013). Aqui, é possível perceber uma articulação entre prática profissional e ativismo:

Articular a relação entre a memória LGBT com museus e o patrimônio é, antes de tudo, uma ação cidadã interessada em colaborar na superação de fobias à diversidade sexual impregnadas na cultura nacional. Os profissionais de museus que assim o fazem, associam a questão do patrimônio, reconhecendo que a presença LGBT é importante e significativa para a construção do país, seja às personalidades históricas, seja ao retrato de lutas comunitárias (Baptista; Boita, 2017, p. 111).

A proposta de uma “museologia LGBT” se vincula diretamente à concepção de uma museologia comunitária. Sobre esse tema, Soares (2012) chama a atenção para as mudanças conceituais e práticas mobilizadas pela transposição de uma “museologia tradicional” para uma “museologia social”, processo diretamente relacionado ao movimento da “nova museologia” e a criação dos museus comunitários. Esses novos museus têm ajudado a operar processos de descolonização dos espaços museais mobilizando conceitos como participação, reconhecimento e comunidade em seus processos de musealização. Segundo Soares (2012):

Nos museus comunitários, são atores todos aqueles que, ao mesmo tempo, vivem e fazem da vida objeto musealizado, ou patrimônio que é vivido e observado ao mesmo tempo, no presente. O museu, como performance, não é apenas palco, a não ser que pensemos o palco socialmente, como a atuação, ou o jogo de atuações por parte dos atores engajados na performance cultural. E as performances são, em si, negociações constantes de sentido que estes atores dão vida no palco. Por isso a atuação é também reflexão – e não apenas reflexo (Soares, 2012, p. 318).

Baptista e Boita (2014) destacam os diferentes pontos de convergência entre a museologia

social e as ações afirmativas articuladas a partir da Conferência de Durban¹⁰ em 2001. No caso brasileiro, as ações afirmativas vão prosperar em um conjunto diversificado de políticas públicas, como as cotas raciais e a inclusão do ensino de história afro e indígena nas salas de aula. Para os autores, a museologia social será importante aliada das ações afirmativas a partir de experiências museais inovadoras que têm encorajado abordagens afirmativas e processos de ressignificação de acervos. Esse movimento tem provocado a construção de uma consciência crítica acerca dos processos de opressão histórica vivenciados por grupos que possuem suas identidades marginalizadas pela memória oficial. No caso da população LGBTQIAPN+, essa consciência crítica tem estimulado a invenção de “novas museologias” intimamente articuladas às pautas no movimento LGBTQIAPN+.

Percebe-se uma correlação ativa entre violência LGBTfóbica e práticas museológicas na forma como a Rede LGBT de Memória e Museologia Social constrói sua compreensão de uma “museologia LGBT”. Aqui, a noção de LGBTfobia – materializada nos dados de violência contra corpos que burlam convenções de gênero e sexualidade –, ganha centralidade na crítica direcionada às práticas museológicas marcadamente invisibilizadoras da existência de pessoas LGBTQIAPN+ nos espaços museais.

É possível perceber que ambas as redes buscam mobilizar seus discursos e práticas em torno da denúncia de certa LGBTfobia institucional, ou, diria, uma “heterossexualidade compulsória” presente nas práticas e epistemologias dos campos historiográfico e museológico. Essa estratégia discursiva tem promovido novas experimentações nos campos da história e, sobretudo, da museologia, que tem vivenciado uma diversificação sem precedentes de suas práticas combinada ao reconhecimento de identidades coletivas que se expressam em termo como “museologias sapatão” (Lobo Fernandes, 2022), “museologias transicionais” e “museologias trans”, como tem definido Ian Habib, idealizador do MUTHA, em diferentes eventos da museologia.

GRUPO DE TRABALHO MEMÓRIA E VERDADE LGBTQIA+

O início da gestão do presidente Lula, em 2023, se estruturou em torno de uma promessa de retomada democrática, a qual se materializou na reinstalação de um conjunto de instituições descontinuadas durante a gestão Bolsonaro. Um marco importante nesse processo foi a recriação do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), pasta que absorveu, por meio

10 Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.

da criação da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, a tarefa de promover políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+. Essa secretaria tem orientado suas estratégias de ação a partir de dois eixos: “Trabalho Digno, educação e geração de renda” e “Enfrentamento à Violência contra pessoas LGBTQIA+”. Além da criação da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, o MDHC substituiu o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, esvaziado politicamente do foco nos direitos LGBTQIAPN+, pelo Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (CNLGBTQIA+), marcando uma ruptura importante com o governo anterior, que apagou qualquer iniciativa que se dedicasse a essa agenda.

Junto a essas iniciativas diretamente vinculadas à população LGBTQIAPN+, o plano de ação do MDHC passa a mobilizar certa concepção de memória e verdade como categoria central para a defesa da democracia e da justiça. Nesse contexto, se estruturou uma agenda política em torno do debate sobre reparação histórica. Ações estratégicas, como a retomada da “Comissão de Anistia” e a criação da “Coordenação Geral de Memória e Verdade sobre a Escravidão e o Tráfico Transatlântico”, têm visado a operar “ajustes de contas”, diria Yerushalmi (1996 *apud* Santos, 2021), por meio do reconhecimento dos crimes perpetrados pelo estado contra populações específicas ao longo do processo histórico brasileiro.

Esse conjunto de mudanças foi favorável à construção de uma agenda política relacionada à memória LGBTQIAPN+ junto ao Governo Federal, que ganhou inteligibilidade institucional por meio da Portaria n. 289, de 16 de maio de 2023, que instituiu o GT Memória e Verdade LGBTQIA+, e da Portaria n. 366, de 22 de junho de 2023, que regulamentou o mandato e a composição do GT Memória e Verdade LGBTQIA+¹¹. O GT presidido por Renan Honório Quinalha, professor do curso de direito da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), reconhecido por trabalhos sobre a relação entre ditadura e homossexualidade, envolveu pessoas pesquisadoras da memória LGBTQIAPN+ e ativistas históricas/os, como algumas lideranças longevas do movimento trans. Coube ao GT as seguintes tarefas, inscritas no art. 2º da Portaria n. 289, de 16 de maio de 2023:

- I – assessorar o Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania nas questões referentes às violações de Direitos Humanos cometidas contra as pessoas LGBTQIA+;
- II – recuperar e dar continuidade, no que couber, as recomendações finais do relatório final elaborado pela Comissão da Verdade, instituída pela Lei nº 12.528/2011;
- III – realizar estudos e discutir estratégias para o resgate da memória e esclarecimento da verdade histórica sobre crimes e perseguições contra as pessoas LGBTQIA+;

11 Compõem o GT as seguintes pessoas: Renan Honório Quinalha (presidente), Alexandre Bogas Braga Gastaldi, Benito Bisso, Bruna Andrade Irineu, Caia Maria de Araújo Coelho, Carlos Magno Silva Fonseca, Clovis Arantes, Eloy Iglesias, Elaine Gonzaga, Ernani Pinheiro Chaves, Heliana Neves Hemetério dos Santos, James Naylor Green, Jovana Cardoso da Silva, Keila Simpson, Michele Pires Lima, Rita Cerqueira Quadros e Sara Wagner York.

IV – propor políticas públicas de direitos humanos voltadas para a promoção e efetivação dos direitos à memória e à verdade das pessoas LGBTQIA+, como elaboração e manutenção de novos e dos já existentes projetos de museus e acervos públicos de documentação histórica, bibliotecas e centros culturais sobre as histórias das pessoas LGBTQIA+, de seus movimentos sociais e populares organizados, e das violências institucionalizadas de que essas pessoas foram vítimas desde o Brasil Colônia; e

V – propor relatório documental que sistematize fatos e acontecimentos históricos relativos à memória e à verdade LGBTQIA+, em suas interseccionalidades.

Considerando a empreitada de realizar estudos dedicados a recuperar a memória e a história LGBTQIAPN+, foi criado um grupo técnico de pesquisa a partir do Núcleo Trans da Unifesp e com recursos de emenda parlamentar da Deputada Federal Luiza Erundina. O Núcleo Trans da Unifesp abriu seleção pública para contratação de cinco pessoas pesquisadoras por um período de doze meses, as quais seriam encarregadas de produzir dados que ajudassem a subsidiar as ações do Grupo de Trabalho Memória e Verdade LGBTQIA+. Tive a oportunidade de participar da pesquisa como pesquisador responsável pela Região Nordeste a partir de maio de 2024. Trago um pouco dessa experiência de pesquisa, bem como a participação nas audiências públicas para analisar as diferentes lutas interpretativas que atravessaram a pesquisa e as reuniões do GT.

Uma das principais questões que mobilizou o grupo era pensar em quais estratégias de pesquisa poderiam ser adotadas diante do desafio de contemplar um período tão expressivo (desde o Brasil Colônia) da história nacional com o recorte nas existências de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade. A esse desafio se somaram outros, como a necessidade de contemplar as diferenças regionais e a diversidade de gênero e sexualidade. Diante desse conjunto de questões, optou-se por realizar um mapeamento que foi dividido em quatro eixos: 1) produções bibliográficas referidas a temática da memória e violência; 2) grupos de pesquisa registrados no Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com pesquisas na temática; 3) entidades públicas com atuação voltada a promoção de políticas públicas para a população LGBTQIAPN+; e 4) entidades do movimento social com atuação voltada a promoção dos direitos da população LGBTQIAPN+.

Focalizarei na pesquisa bibliográfica, pois ela apontou questões importantes para pensar direcionamentos para políticas públicas relacionadas a memória LGBTQIAPN+. O mapeamento se debruçou sobre uma ampla variedade de produções que envolviam teses, dissertações e publicações em periódicos científicos. O período escolhido também foi extenso, envolvendo trabalhos publicados entre 2000 até a atualidade. As pesquisas foram conduzidas a partir da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e do Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), adotando expressões booleanas que cruzavam categorias como violência, preconceito,

discriminação, repressão e censura com categorias referidas à diversidade sexual e de gênero. Considerando os critérios adotados para a pesquisa, foi possível chegar a um total de 1.104 trabalhos no período investigado. Grande parte desses trabalhos se dedicavam à compreensão da violência no tempo atual, percorrendo uma variedade de formas de violência e violações perpetradas contra pessoas LGBTQIAPN+ em diferentes contextos de interação.

No que se relaciona ao debate sobre direito à memória e o esclarecimento da verdade histórica sobre crimes e violências protagonizadas pelo Estado, é possível fazer alguns comentários situando o material encontrado: 1) persiste uma invisibilidade das experiências das mulheres lésbicas nos trabalhos coletados; 2) ausência de trabalhos sobre pessoas bissexuais; e 3) poucos trabalhos que se dediquem a uma abordagem histórica das violências sofridas pelas pessoas dissidentes de gênero e sexualidade (trabalhos sobre a inquisição, formas de sociabilidade de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade no período anterior ao surgimento do movimento homossexual, as perseguições às travestis e demais pessoas que burlam convenções de gênero em diferentes contextos brasileiros).

Esses dados impuseram um desafio ao GT sobre Memória e Verdade LGBTQIA+: como criar uma tipologia de violência que desse conta de compreender as violações de direitos humanos vivenciadas ao longo da história por pessoas LGBTQIAPN+? Essa questão foi amplamente tematizada em diferentes momentos nas reuniões do GT. Havia certa dificuldade em criar tipologias, uma vez que sempre crescia a lista de violações cada vez que ativistas e pessoas pesquisadoras interagiam nas reuniões. O GT acabou assumindo esse lugar catártico de elaboração de emoções difíceis e memórias sensíveis.

Essas memórias sensíveis também ganharam centralidade nas Audiências Públicas¹² realizadas nas diferentes regiões brasileiras. Nelas, observava-se claramente a evocação de um sofrimento coletivo a partir de diferentes estratégias discursivas. Enquanto ativistas revisitavam suas trajetórias para narrar experiências que testemunharam violências, perdas e resistências, as pessoas pesquisadoras enfatizavam dados de jornais, inquéritos e outros documentos que conferiam legitimidade às denúncias de violações ao longo da história. Casos de assassinatos que ganharam ampla repercussão nacional eram lembrados, assim como os dados alarmantes de violência contra pessoas LGBTQIAPN+.

As memórias traumáticas narradas nas audiências reivindicam as mortes de pessoas que tiveram suas vidas ceifadas em razão da LGBTfobia. Efrem (2016) tem chamado atenção, em

12 Ocorreram cinco Audiências Públicas do GT Memória e Verdade LGBTQIA+. A primeira, dedicada à Região Centro-Oeste, foi realizada em Brasília no dia 17 de maio de 2024. A segunda, dirigida à Região Sudeste, foi realizada entre os dias 22 e 23 de julho de 2014, em Belo Horizonte. A terceira, dedicada à Região Sul, ocorreu em Florianópolis, no dia 30 de agosto. A audiência pública da Região Nordeste, ocorreu em Fortaleza, entre os dias 30 de outubro e 1 de novembro. A última audiência, da Região Norte, ocorreu em Belém, entre os dias 15, 16 e 17 de janeiro de 2025.

trabalhos sobre o movimento LGBTQIAPN+, a como as explicitações das mortes de pessoas LGBTQIAPN+ constituem estratégia política adotada pelo ativismo. Para ele, as mortes e as violências integram esse movimento. O recurso da lembrança das mortes e a ênfase em sua brutalidade ajudam a produzir uma “reciprocidade dolorosa”, diria Efrem (2016), entre os diferentes integrantes do movimento.

Essa estratégia tem sido adotada por ativistas convidadas/os a participar dessas audiências públicas. A brutalidade das mortes tem sido acionada junto a histórias que falam sobre omissões, exclusão e discriminação. A dor ganha materialidade em corpos que falam de experiências pretéritas e atuais. Passado e presente parecem se combinar em uma temporalidade na qual a violência é uma constante.

Contudo, não somente as mortes e a violência parecem mobilizar estratégias de ação. A “vontade de memória” tem dilatado o repertório político do movimento. As narrativas sobre mortes têm convivido com histórias de pessoas que sobreviveram, apesar das diversas precariedades, combinando diferentes estratégias de resistência. Traviarcas, sobreviventes, pioneiras constituem novos/as sujeitos/as políticos que emergem das recentes lutas interpretativas travadas nas trincheiras da memória¹³. As estratégias políticas dessas/os sujeitas/os têm girado em torno da reivindicação de existência histórica a partir da crítica a a-historicidade atribuída às vivências não cisheteronormativas e a amnésia da memória oficial. Trata-se de reconhecer como os processos de construção da nação foram caracterizados pela “heterossexualidade compulsória”.

É cedo para avaliar os efeitos práticos do GT Memória e Verdade LGBTQIA+. A construção do relatório final contendo recomendações para a construção de políticas públicas foi previsto para ocorrer no início de 2025. Contudo, as ações do GT têm produzido efeitos simbólicos importantes entre ativistas LGBTQIAPN+, engajadas/os ou não nos debates sobre a memória. Muitas dessas pessoas têm vasculhado seus baús e armários, lembrado de suas perdas e das/os amigas/as que se foram em um grande esforço de rememoração coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se ocupou de alguns movimentos relacionados à politização do debate sobre a

13 Em 20 de outubro de 2025, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) protocolou junto à Deputada Federal Erika Hilton um projeto de lei cuja proposta é reconhecer o Pajubá (ou Bajubá), uma variação linguística falada nos circuitos travestis e nos espaços de sociabilidade homossexual, como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pelo IPHAN.

memória LGBTQIAPN+ no Brasil. Considerada uma forma de contramemória ou antimemória da nação, a memória LGBTQIAPN+ tem sido operada nos últimos anos como importante estratégia de mobilização política pelo “ativismo memorial” referido a diversidade sexual e de gênero. Esse ativismo tem se organizado por meio de redes e teias que articulam agentes individuais e coletivos, além de tensionar uma nova agenda de lutas dentro do movimento LGBTQIAPN+. Museus, arquivos e acervos relacionados a esse tipo de memória têm refletido os anseios dessas pessoas em narrar suas próprias histórias, refutando a a-historicidade atribuída às vivências não cisheternormativas.

Concebidas como fora da nação, as existências não cisheternormativas foram marcadas por concepções de pecado, doença e desvio, portanto não dignas de caber nos “lugares de memória” que consagram o Estado-nação, como os museus nacionais (Gontijo, 2024a). Como analisa Abreu (1996), para a construção do “homem público” – modelo de herói nacional que habita a memória do Estado-nação, portanto, digno de ser imortalizado – é necessário retirar-lhe qualquer resquício de sua vida privada. No caso das trajetórias LGBTQIAPN+, estas já estavam fadadas ao desaparecimento, posto que denunciavam formas de existir assimiladas à indecorosa vida privada. Formas de vida marcadas pelo segredo e pela vergonha, antagônicas aos valores perpetuados na concepção canônica de patrimônio.

Nesse sentido, ao buscar reconhecimento como patrimônios, as memórias e histórias LGBTQIAPN+ promovem agenciamentos importantes na maquinaria patrimonial, provocando fissuras que revelam os limites dos processos de patrimonialização e musealização da memória de coletivos historicamente apagados da história oficial, ao mesmo tempo em que promovem possibilidades de deslocamento das concepções canônicas de patrimônio e museu.

No ativismo LGBTQIAPN+, as disputas patrimoniais têm tensionado novas agendas de luta, complexificando o campo discursivo de ação desse movimento. Se outrora o campo da saúde constituía um dos pontos privilegiados de inserção da agenda LGBTQIAPN+ no Estado, a politização da memória LGBTQIAPN+ tem aberto novas possibilidades de ação política no campo da cultura e do debate patrimonial. Essas novas disputas têm se revelado importante caminho de compreensão do processo de cidadanização da diversidade sexual e de gênero no contexto brasileiro contemporâneo.

REFERÊNCIAS

1. ABREU, Regina; MONTALVO, Antonio José Aguilera. O tombamento da Casa de Chico Mendes: movimentos sociais e novos processos de patrimonialização das chamadas “Casas Históricas” no Brasil. In: MANDARINO, Ana Cristina de Souza; GOMBERG,

- Estélio (org.). **Patrimônio, memória e cultura**. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 9-35.
2. ABREU, Regina. A emergência do “outro” no campo do patrimônio cultural. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 7, 2008.
 3. ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
 4. ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.
 5. ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, jan.-jun., p. 13-56, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/9Y7dMKrDrFSGDyCJLW45Gpw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2024.
 6. ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
 7. BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Protagonismo LGBT e museologia social: uma abordagem afirmativa aplicada à identidade de gênero e orientação sexual. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, Unochapecó, v. 41, n. 27, p. 175-192, 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2602>. Acesso em: 5 jun. 2025.
 8. BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação SESC**, São Paulo, v. 5, p. 108-119, 2017. Disponível em: <https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/70a5e644/a393/463e/a32c/38a11c4c671c.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2025.
 9. CANABARRO, Ronaldo. **Historiatransviada.com**: dar a ver uma historiografia pública digital. 2024. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2024.
 10. CHAGAS, Mário. Museus, memória e movimentos sociais. **Cadernos de sociomuseologia**, Lisboa, n. 41, p. 5-16, 2011. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/2654>. Acesso em: 18 out. 2024.
 11. CHANTRAINE, Renaud; SOARES, Bruno Brulon. Introduction. **Museum International**, LGBTQI+ Museums, [s. l.], v. 72, n. 3-4, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13500775.2021.1873489>. Acesso em: 19 out. 2025.
 12. CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 213-333, 2003.
 13. CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio**, IPHAN, Rio de Janeiro, n. 34, p. 147-165, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA_Marcia_Por-uma-historia-da-

- nocao-de-patrimonio-cultural.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.
14. DE L'ESTOILE, Benoît. Trinta anos de patrimônios e museus no Brasil: fragmentos de memórias subjetivas. *In*: CAVIGNAC, Julie; ABREU, Regina; VASSALLO, Simone (org.). **Patrimônios e museus: inventando futuros**. Brasília: ABA Publicações; Natal: EDUFRN, 2022. p. 11-33.
 15. EFREM FILHO, Roberto, *Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT**. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 46, jan.-abr., p. 311-340, 2016.
 16. FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.
 17. FREIRE, José Ribamar Bessa. A descoberta dos museus pelos índios. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 217-253.
 18. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. *In*: TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: ABA Publicações, 2012. p. 59-74.
 19. GONTIJO, Fabiano. Nacionalismo, musealização e (de)colonialidade em Barbados: algumas considerações preliminares sobre a diversidade sexual e de gênero entre legados indigestos e falsos paradoxos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 67, e213947, 2024a. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.213947>. Acesso em: 4 jan. 2025.
 20. GONTIJO, Fabiano. Museus nacionais, práticas patrimoniais decoloniais e violência epistêmica persistente nas Filipinas e no Brasil: o (não-)lugar da diversidade sexual e de gênero. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 40, e22301, 2024b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2024.40.e22301.a.pt>. Acesso em: 4 jan. 2025.
 21. HUYSEN, Andreas. **Seduzidos Pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
 22. LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Cidadania patrimonial. **Anthropológicas**, Recife, v. 26, n. 2, p. 134-155. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaanthropologicas/article/view/23972/19475>. Acesso em: 20 out. 2024.
 23. LOBO FERNANDES, Victoria. Museologia Sapatão: uma proposta comunitária expositiva. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 220-230, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/museologia.v11i21.41710>. Acesso em: 20 fev. 2025.
 24. MENEZES NETO, Hugo; SOLIVA, Thiago Barcelos. Musealizando a diferença: Acervos e museus virtuais LGBTQIAPN+. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 24, n. 65,

- p. 34–65, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/133619/89962>. Acesso em: 12 set. 2024.
25. MOTT, Luiz; CERQUEIRA, Marcelo. O pioneiro Museu do Sexo da Bahia. *In*: VIEIRA, Leandro (org.). **Acervos e referências de memória LGBTQIAP+**. São Paulo: Museu da Diversidade Sexual, 2023. p. 45-73.
 26. OLIVEIRA, João Pacheco de; SANTOS, Rita de Cássia Melo. Introdução. *In*: OLIVEIRA, João Pacheco de; SANTOS, Rita de Cássia Melo (org.). **De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019. p. 7-25.
 27. POMIAN, Krzysztof. Coleção. *In*: Le GOFF, Jacques (org.). **Enciclopédia Einaudi. Memória / História**. Porto: Imprensa Nacional, 1984. p. 51-86.
 28. SCHMIDT, Benito Bisso; VERAS, Elias Ferreira; RODRIGUES, Rita Colaço. **Clio saiu do armário: Historiografia LGBTQIA+**. São Paulo: Letra e Voz, 2021.
 29. SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museu Imperial: a construção do Império pela República. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 115-135.
 30. SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória e ditadura militar: lembrando as violações de direitos humanos. **Tempo Social**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 289-309, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.177990>. Acesso em: 4 fev. 2025.
 31. SOARES, Bruno Brulon. **Máscaras guardadas: musealização e descolonização**. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
 32. SOARES, Bruno Brulon. Arquivos do indizível: notas para um mapeamento de acervos da memória LGBTI+ no Brasil. *In*: Simpósio Nacional de História, 31., Rio de Janeiro, 2021. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPUH, 2021. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2024-07/1721811600_045b147ce287eb2fbb102a847922e1a6.pdf. Acesso em: 2 fev. 2025.
 33. SODARO, Amy. Museus memoriais: a emergência de um novo modelo de museu. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 20, n. 44, p. 207-231, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724620442019207>. Acesso em: 9 set. 2024.
 34. SOLIVA, Thiago Barcelos; MENEZES NETO, Hugo. Patrimônios LGBTQIA+: tensões e disputas no campo patrimonial. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, Cuiabá, v. 9, n. 19, p. 17- 32, 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/13620>. Acesso em: 12 set. 2024.
 35. TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Curitiba: Huya, 2016.

36. VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *In*: LIMA FILHO, Manuel; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornélia (org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 249-261.
37. VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o Museu: programa de desordem absoluta**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.
38. VIEIRA, LEONARDO. O Museu da Diversidade Sexual e a preservação dos patrimônios e memórias LGBTQIAP+. *In*: VIEIRA, Leonardo (org.). **Acervos e referências de memória LGBTQIAP+**. São Paulo: Museu da Diversidade Sexual, 2023. p. 14-21.
39. WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Arquivo LGBTQIAPN+**: Levantando documentos para outras histórias: Catálogo seletivo de fontes documentais para a história LGBTQIAPN+ do Rio Grande do Sul (1942-1964). Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2023.
40. WONDER, Claudia. **Olhares de Claudia Wonder: crônicas e outras histórias**. São Paulo: Edições GLS, 2008.

Thiago Barcelos Soliva

Professor Adjunto III da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Programa de Pós-graduação em Turismo e Territórios Protegidos. Doutor em Ciências Humanas (Antropologia Cultural) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3355-6569>. E-mail: thiago.soliva@ufvjm.edu.br